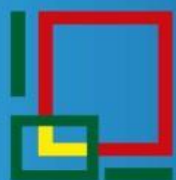


AUTÁRQUICAS 2025



O Porto é o nosso ADN

Programa eleitoral para o Porto



ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS 2025
12 DE OUTUBRO

ADN ★ ★ ★
ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA NACIONAL

Conteúdo

INTRODUÇÃO	3
PORTUENSES EM PRIMEIRO LUGAR	3
1. HABITAÇÃO DIGNA PARA OS PORTUENSES	5
2. SEGURANÇA E PROXIMIDADE COM A COMUNIDADE	6
3. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, DESPORTO E APOIO SOCIAL	8
4. FAMÍLIA E NATALIDADE	9
5. EDUCAÇÃO E CULTURA LIVRE DE IDEOLOGIAS	10
6. NEUTRALIDADE E FIM DO FINANCIAMENTO AO ATIVISMO	11
7. ECONOMIA LOCAL, DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E TURISMO	12
8. AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	14
9. MOBILIDADE E TRANSPORTES	15
10. TRANSPARÊNCIA, FIM DO DESPESISMO E GESTÃO DA CAUSA PÚBLICA	17
11. PARTICIPAÇÃO CÍVICA E DEMOCRACIA DIRETA	18

INTRODUÇÃO

Este Programa Eleitoral com os Portuenses, do partido ADN – ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA NACIONAL, pretende afirmar com clareza a identidade e os princípios que distinguem o nosso partido das restantes forças políticas.

Adaptado às realidades do concelho e das freguesias, responde às aspirações dos **portuenses** com soluções práticas e enraizadas, promovendo justiça social, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, alinhadas com os valores do ADN.

PAGE

PORTUENSES EM PRIMEIRO LUGAR

- Prioridade no acesso à habitação social para famílias portuguesas, especialmente jovens casais e idosos.
- Fim dos privilégios na atribuição de habitação social a estrangeiros em detrimento dos nacionais.
- Fiscalização de atestados de residência e combate ao tráfico humano.
- Dotar a cidade de mais áreas verdes e de sombra, incluindo áreas já reabilitadas convocando a especialidade de arquitetura paisagista.
- Recuperação da funcionalidade original do mercado do Bolhão.
- Dinamização Sustentável do Bolhão para o qual foi reabilitado:
 - Manutenção da sua função original de mercado de produtos frescos, pela qual recebeu financiamento para a sua reabilitação e classificação nacional como monumento.
 - Manutenção das bancadas dos frescos e produtos nacionais com uma dinamização da gestão municipal através da revisão dos estatutos e regulamentos para os qual foi concebido e protegido e classificado.
 - Assegurar 75% das bancadas com produtos frescos portugueses através de medidas financeiras que aliviem os produtores e consumidor na venda e compra dos produtos nacionais à escala regional Norte.
 - Estimular os portuenses a comprar frescos no Mercado do Bolhão com diversas opções de aquisição de capazes alimentares com diversos preços que permitem os cidadãos consumirem a preço acessível e os vendedores angariarem receita que os permitem continuar a vender no bolhão.
 - Criar o dia do Mercado do Bolhão para a prova dos produtos nacionais.

- Melhorar a rede de transportes públicos.
- Defesa da identidade, língua, história e costumes portugueses nas escolas e espaços públicos locais.
- Apoios autárquicos a casais portugueses com filhos: redução de taxas municipais e apoio à educação.

Alocar verbas para os verdadeiros investimentos que devem acometer á autarquia.

- Tornar autarquia do Porto, uma autarquia de verdadeiro valor e serviço publico, para orgulho dos **portuenses**, alocando verbas para as realidades e necessidades das populações, acabando com a autopromoção de políticos e políticas.

No ADN alocamos os nossos recursos em prol do bem-estar das populações. Queremos mostrar uma forma diferente de fazer política.

PAGE

1. HABITAÇÃO DIGNA PARA OS PORTUENSES

Objetivo: Garantir habitação acessível e digna, com prioridade aos portugueses, especialmente jovens casais, idosos e famílias, assegurando uma gestão justa e responsável do património municipal.

Soluções Políticas:

- **Prioridade a Famílias Portuguesas:** Implementar um sistema de pontuação para habitação social que favoreça famílias portuguesas residentes no Porto há pelo menos 5 anos, com ênfase em jovens casais. Criar uma comissão municipal para avaliar candidaturas com critérios transparentes (ex.: situação económica, número de filhos).
- **Fim de Privilégios a Estrangeiros:** Realizar auditorias trimestrais às atribuições de habitação social para garantir que nacionais não sejam preteridos, com sanções administrativas e reversão de atribuições em caso de irregularidades.
- **Bolsa de Imóveis Privados:** Criar um programa municipal para gerir imóveis privados, oferecendo rendas 25% abaixo do mercado e isenção de IRS para proprietários que participem, aumentando a oferta habitacional.
- **Levantamento dos edifícios devolutos da cidade (privados e públicos):** traçar um plano de aquisição de imóveis do estado central para criação de habitação a custos controlados.
- **Reabilitação do Edificado Devoluto:** Agilizar processos de licenciamento e de levantamento de terrenos/edifícios que possam ser propriedade da autarquia para edificação de construção a custo controlado.
- **Construção para Jovens a Custos Controlados:** Estabelecer parcerias público-privadas para construir habitações acessíveis para jovens, com rendas máximas de €500/mês para T2.
- **Construção de Cooperativas Habitacionais:** Mapeamento e aquisição de terrenos urbanos destinados à implementação de Cooperativas Habitacionais, mediante articulação entre investimento público e privado, promovendo soluções sustentáveis e acessíveis de habitação.
- **Fiscalização Rigorosa:**
 - Monitorizar o uso da habitação municipal com auditorias trimestrais, revertendo habitações em caso de incumprimento prolongado (ex.: falta de pagamento por mais de 6 meses sem justificativa).

- Criar uma linha de denúncia anónima para falsos atestados de residência, combatendo a reconversão de imóveis para imigrantes ilegais.
- Priorizar cidadãos cumpridores, exigindo contrapartidas como formação profissional ou trabalho comunitário para beneficiários aptos, exceto idosos ou incapacitados.
- Implementar acordos de pagamento para recuperar dívidas habitacionais, com penalidades (ex.: perda de benefícios) por uso indevido.

2. SEGURANÇA E PROXIMIDADE COM A COMUNIDADE

PAGE

Objetivo: Garantir a segurança dos portuenses, promovendo ordem pública e uma relação de confiança entre cidadãos e forças de segurança, com foco na proteção da identidade local.

Soluções Políticas:

- **Reforço Policial:** Articular com o Ministério da Administração Interna e Comando Distrital da PSP para reforçar o efetivo da PSP e Polícia Municipal em 20% nas freguesias com maior criminalidade (ex.: Bonfim, Centro Histórico), com rondas diurnas e noturnas reforçadas e um plano de patrulhamento específico para cada freguesia.
- **Videovigilância:** Instalar câmaras em zonas críticas (ex. terminais de transportes), e reforçar nas zonas onde já existam, com conformidade ao RGPD, garantindo acesso restrito a autoridades judiciais em casos de crimes.
- **Integração das Forças de Segurança:** Criar uma task force municipal com PSP, e Polícia Municipal para coordenar estratégias, reduzindo redundâncias e otimizando recursos.
- **Proximidade com a Comunidade:** Implementar o programa “Polícia na Comunidade”, permitindo que polícias almocem em refeitórios escolares ou empresas municipais. Incentivaremos a que estas forças usem os transportes públicos mesmo fora de serviço, para uma maior interação com jovens e cidadãos.
- **Formação em Autodefesa:** Oferecer cursos gratuitos de autodefesa, uso de armas não letais, bem como de informação jurídica em parceria com associações locais, incluindo nas escolas, para cidadãos sem cadastro. Pretende-se informar e formar para evitar futuras complicações jurídicas e criminais, em situações de necessidade de uso de autodefesa.
- **Tolerância Zero:** Estabelecer um protocolo com a PSP para ação imediata contra delinquência juvenil, vandalismo e ocupações ilegais, com multas a partir de €500 e programas de reintegração para menores.

- **Fiscalização de Atestados de Residência:** Criar um sistema digital de validação de atestados nas juntas de freguesia, com auditorias semestrais para combater imigração ilegal e tráfico humano, denunciando casos ao UNEF "A Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) da PSP.

3. QUALIDADE DE VIDA: SAÚDE, DESPORTO E APOIO SOCIAL

Objetivo: Promover o bem-estar físico e mental dos Portuenses, com foco em saúde, desporto, alimentação e apoio a famílias carenciadas e idosos, evitando a subsidi dependência.

Soluções Políticas:

- **Atividades Desportivas Gratuitas ou protocoladas com as instituições:** Criar um programa municipal para crianças até 14 anos, oferecendo acesso gratuito a modalidades (ex.: futebol, natação) condicionado a assiduidade escolar. Estabelecer protocolos com associações desportivas, associações recreativas e lúdicas e com lares de idosos para atividades extracurriculares. Pretende-se que os protocolos assegurem que o investimento feito pela autarquia no caso das associações, seja revertido sob a forma de utilização desses mesmos espaços pela população juvenil em períodos de férias escolares.
- **Requalificação de Unidades de Saúde:** Investir na modernização de centros de saúde, equipando-os com desfibriladores, oxímetros e outros equipamentos pré-hospitalares para respostas rápidas, mediante análise das necessidades mais prementes.
- **Cuidados para Idosos – “Porto de Proximidade”:** Criar uma rede com lares, Segurança Social e bombeiros para identificar idosos isolados, oferecendo apoio domiciliário (ex.: adaptação de habitações com barras de apoio), subsídios para cuidadores informais e suporte psicológico.
- **Reforço às universidades seniores e programas de prescrição cultural** – em articulação com as juntas de freguesia (criação de programas de bem-estar social com atividades lúdicas e culturais) para prevenção da doença mental no contexto de uma população tendencialmente mais idosa. Isto será feito por protocolo com instituições de ensino da cidade.
- **Apoio a Famílias e Idosos:** Criar um serviço municipal de transporte gratuito para consultas médicas e entrega de medicamentos, com prioridade a idosos e carenciados.
- **Cantinas Sociais:** Estabelecer cantinas sociais em freguesias carenciadas, servindo refeições diárias gratuitas para famílias referenciadas, com fiscalização rigorosa para evitar abusos por “subsidi dependentes”.
- **Redução do IMI:** Reduzir o IMI em 10% ao ano, financiada por cortes em despesas supérfluas (ex.: publicidade institucional).

4. FAMÍLIA E NATALIDADE

Objetivo: Fortalecer a família natural como pilar da comunidade, incentivando a natalidade como alternativa à imigração massiva.

Soluções Políticas:

- **Defesa da Família Natural:** Promover campanhas municipais como o “Dia da Família Portuense”, com eventos em todas as freguesias para celebrar a família.
- **Creches a custo controlado:** Implementar creches municipais gratuitas ou a custo reduzido (€50/mês) para apoiar jovens pais portugueses, com prioridade a residentes no Porto.

5. EDUCAÇÃO E CULTURA LIVRE DE IDEOLOGIAS

Objetivo: Garantir uma educação centrada na história, cultura e tradições do Porto e Portugal, livre de doutrinação ideológica, e promover a identidade local.

Soluções Políticas:

- **Educação Livre de Ideologia:**
 - Proibir conteúdos sobre ideologia de género ou identidades em escolas, sem consentimento parental, com penalizações a diretores que violem esta norma.
 - Criar um estatuto municipal de liberdade educativa, permitindo aos pais escolher disciplinas alternativas para conteúdos ideológicos, com apoio de associações de pais.
- **Preservação da Identidade Local:** Financiar exclusivamente eventos que celebrem tradições portuenses (ex.: São João, festas de freguesia), e promovam a educação para os valores locais e regionais.
- **Fomento às Artes:** Articular com o Ministério da Educação, no sentido de criar bolsas de €500/ano para jovens, até ao ensino secundário em música, teatro e outras expressões artísticas, incentivando talentos locais.
- **Educação para a Cidadania:** Introduzir programas escolares sobre democracia participativa, responsabilidade cívica, educação para a literacia financeira, literacia digital bem como ética social.
Programa Competências para a Cidadania.
- **Desporto e Cidadania:** Introduzir programas de desporto que formem cidadãos aptos para a prática de desportos individuais (ex. atletismo), e que formem para a aquisição de competências de autodisciplina, ética social, consciência comunitária. Num mundo cada vez mais digital, o desporto pode e deve ser uma ferramenta de sociabilização e foco interpessoal.
- **Educação Intergeracional** - introduzir programas de educação não formal para jovens até aos 16 anos focados em práticas colaborativas que promovam o contato entre gerações, e a partilha mútua de conhecimentos (ex. Saberes da Terra; Arte de Contar Histórias, Netos Digitais, Oficinas de artes e Ofícios). O programa deve ser avaliado e de participação flexível.
- **Parcerias protocolares com instituições desportivas e associações culturais:** A criação artística ou práticas desportivas devem começar nas escolas e deve rapidamente ser integrada com clubes, associações ou coletividades, caso as escolas públicas ou privadas não tenham valências estruturais

para permitir os alunos terem uma carreira artística ou desportiva, que deve ser integrado no plano das atividades extracurriculares e acabar com o monopólio de quem geria esta área.

Na área cultural o porto não precisa de uma “Fábrica de Unicórnios, porque a cidade sempre foi um laboratório para a criação cultural de alcance internacional, desde as artes plásticas, música, teatro e cinema, o Porto representa qualidade cultural. Por isso a autarquia deve estimular ainda mais o surgimento de novos artistas portuenses nas várias áreas culturais através do apoio a projetos (bolsas, eventos ou festivais de rua), que tenham mérito com critérios a definir pelo futuro vereador do Pelouro da Cultura.

6. NEUTRALIDADE E FIM DO FINANCIAMENTO AO ATIVISMO

Objetivo: Garantir a imparcialidade das instituições públicas e eliminar o uso de recursos municipais para causas ideológicas.

Soluções Políticas:

- **Neutralidade das Instituições:** Proibir bandeiras ou símbolos ideológicos diversos, em edifícios públicos, substituindo-os por símbolos locais ou nacionais. Estabelecer um código de conduta para funcionários públicos, proibindo militância ideológica, clubística ou religiosa, fazendo cumprir o artigo 43º da CRP.
- **Fim do Financiamento a Ativismo:** Suspender apoios financeiros e logísticos a eventos ou organizações de cariz ideológico que impedem o regular funcionamento da cidade, redirecionando verbas para associações culturais locais. Exigir prestação de contas detalhada para ONGs e associações subsidiadas, com auditorias anuais e sanções por irregularidades. Cancelar subsídios a todas as ONGs de cariz identitário ou ideológico.

PAGE

7. ECONOMIA LOCAL, DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TURÍSTICO

Objetivo: Estimular a economia local, atraindo investimentos, apoiando o comércio local e promovendo microeconomias para reter capital no concelho. Promover o turismo sustentável que possibilite uma saudável convivência entre residentes e turistas.

Soluções Políticas:

- **Portal do Investidor Portuense:** Criar um catálogo online com mapeamento de terrenos disponíveis para investimento empresarial, oferecendo isenção de IMI por 5 anos para novas empresas. Promover negócios B2B para criar uma economia de capitais circular local, reduzindo a saída de desses mesmos capitais.
- **Combate à Perda de Investimentos:** Realizar um levantamento de investimentos industriais perdidos nas últimas duas décadas, criando um balcão único municipal para respostas a investidores em 30 dias.
- **Apoio a Comerciantes Locais:** Apoiar o comércio dos mercados municipais (ex.: Mercado do Bolhão e lojas históricas) para comercialização de produtos locais, com taxas reduzidas para pequenos produtores registados no concelho. Apoio direto ao sector primário oferecendo isenções fiscais temporárias para novos negócios familiares na agricultura e pescas, combatendo as normativas europeias de subsidi dependência que estão a levar à destruição das nossas economias locais.
- **Redução de Taxas Municipais:** Diminuir taxas como IMI e licenciamento em 15% para pequenos negócios, inspirando-se na proposta nacional do ADN de redução de IRS/IRC.
- **Regulação dos veículos de animação turística (TUK TUK)** – considerando que esta matéria é competência do governo central, iremos exigir ao mesmo que promulgue legislação nacional que

possa ser aplicada às cidades, por forma a controlar a circulação dessa tipologia de veículos. A legislação deve ainda incluir uma cláusula que obrigue a cada empresa detentora de licença para operar Tuk- Tuk ,seja impedida de transferir essa mesma licença a outras, por forma a regular a quantidade de operadores por cidade.

- **Obrigatoriedade de uso de veículos elétricos ou de bicicleta** por parte dos trabalhadores de plataformas como a Uber Eats ou Glovo no exercício da sua atividade de estafetas.
- **Circuitos de visitação:** criar uma Task Force que integre membros das várias entidades envolvidas na atividade turística, por forma a encontrar soluções de gestão de fluxos turísticos na malha urbana. Importa descongestionar as zonas com carga excessiva de turismo (ex. Centro Histórico), e consolidar os já criados entretanto (Estratégia base para a dispersão de fluxos turísticos do destino Porto e a criação de quarteirões no concelho do Porto, 2024), através da criação de conteúdos digitais (APPs) de autovisitação (o turista do futuro já é um turista digital e autónomo).

8. AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Promover um concelho sustentável, protegendo ecossistemas, incentivando a agricultura local e garantindo serviços públicos essenciais.

Soluções Políticas:

- **Proteção Ambiental:**
 - **Fiscalizar empresas que poluam rios (ex.: Rio Douro) ou ribeiras:** exigindo instalação de ETARs e fiscalizações trimestrais com o SEPNA e Ministério do Ambiente.
- **Água como Serviço Público:** Garantir gestão municipal da água potável, com auditorias anuais às Águas do Porto para evitar aumentos injustificados de tarifas.
- **Serviços Públicos:** Retomar a recolha de lixo como serviço público, reduzindo taxas de saneamento em 15%. Contratar empresas locais para gestão de resíduos.
- **Eficiência Energética:** Substituir iluminação pública por LED ou sistemas fotovoltaicos, reduzindo custos em 20%.
- **Agricultura Urbana:** Criar hortas comunitárias em todas as freguesias, com apoio técnico para práticas sustentáveis.
- **Proteção Animal:** Controlar matilhas (cães) e colónias (gatos) no concelho, garantindo financiamento para esterilização e registo de todos os animais. Implementar medidas para controlo de populações de pombos e gaivotas.
- **Economias Circulares:** Oferecer isenções fiscais (ex.: até 50% no IMI) a empresas que reduzam resíduos, com certificação “Porto Sustentável” para benefícios em concursos públicos.

9. MOBILIDADE E TRANSPORTES

Objetivo: Garantir uma rede de transportes eficiente e acessível, eliminando restrições desnecessárias à mobilidade.

Soluções Políticas:

- **Requalificação de todos os arruamentos com “a prata da casa”:** o concelho tem cerca de 2007 arruamentos, necessita de intervenções constantes. É impreterível que tenha um verdadeiro departamento de obras municipais. **Acabar com os contratos com empresas externas reduzir os mesmos.** Nos últimos 30 anos destruíram toda a autonomia de a autarquia com recursos próprios efetuar reparações nas vias ou edifícios públicos.
- **Aumento da disponibilidade de estacionamento:** Criação de parques junto às estações de metro. Disponibilizar o máximo de estacionamento junto aos comércios locais.
- **Acabar com todas as ciclovias no centro da cidade: A imposição de normas europeias** “políticas iguais para todos os estados-membros”, não favorece uma cidade que geograficamente não é apta para este tipo de transportes (bicicletas e trotinetes), com inclinações dos arruamentos de 30% de inclinação. A planta topográfica do Porto não se adequa às diretivas de uniformização europeia. Portanto, há que respeitar a história urbana e perceber as necessidades da mobilidade dos transportes públicos e privados. As ciclovias em excesso com o existem atualmente dificultam a livre circulação dos transportes públicos e não estimulam a prática desportiva, representando, na sua maioria vias de aproveitamento pedonal.
- **Anular as ciclovias sem continuidade** dado a sua inutilidade para a prática desportiva e que se constituem como entropia nas vias de circulação.
- **Anular os sistemas dissuasores ou balizadores (vulgo pilaretes)** em faixas de rodagem onde possam estrangular o fluxo normal de trânsito automóvel.
- **Transportes públicos com gestão pública:** os STCP têm de servir a 100% o concelho de Porto. Defendemos a auscultação da população nas soluções de ligação intermodal que venham a ser implementadas no futuro, no sentido de acomodar as reais necessidades das populações. Torna-se crucial melhorar a articulação entre o serviço de metro e o de ferrovia.
- **Compromisso com uma circulação regulada e segura (TVDES)-** articulação do município com as plataformas internacionais e IMT, no sentido de obrigar a que os condutores estrangeiros, já portadores de carta de condução europeia, sejam obrigados a frequentar aulas de código e condução com a realização de exame final para ficar devidamente habilitado a poder conduzir na cidade do Porto. Este requisito será alvo de fiscalização e condição fundamental para ser condutor de TVDE.
- **Expansão do Metrobus:** a 2ª fase desta infraestrutura não deve ser realizada, sob pena de se destruir uma ciclovia bem construída que liga a Foz a Matosinhos. No tocante à 1ª fase já em vias de implementação, deve ser revertida para transformação em via pedonal e ciclovia. Estudos comprovam que a solução pensada para esta fase carece de eficácia uma vez que não vai

corresponder a um BRT verdadeiro. O BRT pensado para a Av. da Boavista- Praça do Império irá ser uma via partilhada e, portanto, coincidir com vias congestionadas em determinados pontos

<https://portocanal.sapo.pt/noticia/366748?188044994&fv=s&fbclid=IwY2xjawMgK9hleHRuA2FlbQIxMQBicmlkETFGeTBXM1pBc2ZlanZvWnRuAR7nf0w-vA-HxQk>

10. TRANSPARÊNCIA, FIM DO DESPESISMO E GESTÃO DA CAUSA PÚBLICA

Objetivo: Garantir uma administração autárquica transparente, eficiente e livre de corrupção, com foco nas necessidades reais dos Gaienses.

Soluções Políticas:

- **Portal de Transparência Autárquica:** Implementar um portal online com despesas municipais (contratos, obras, remunerações) atualizado em tempo real, acessível por freguesia e projeto. (Por vezes os dados disponibilizados no portal Base GOV são opacos, nomeadamente nas adjudicações diretas durante a época da COVID.)
- **Teto Salarial para Gestores:** Limitar salários de gestores de empresas municipais e eliminar regalias excessivas.
- **Eliminação de Entidades Redundantes:** Fundir ou extinguir empresas municipais com funções sobrepostas, redirecionando recursos para saúde, educação e manutenção urbana.
- **Auditorias Independentes:** Contratar auditores externos para analisar contratos públicos, obras e ajustes diretos, com relatórios anuais públicos.
- **ISO 37001:2016:** Implementar a norma anticorrupção, com formação obrigatória para gestores e auditorias semestrais pela IGF.
- **Transmissão de Reuniões:** Transmitir em direto e gravar reuniões do executivo e assembleia municipal, com atas e vídeos disponíveis em 48 horas.
- **Redução de Custos:** Cortar 50% dos gastos com assessorias e consultorias, nomeadamente jurídicas, extinguindo empresas municipais ineficientes.
- **Prioridade aos Serviços Públicos:** Reforçar o investimento público na formação de técnicos nas várias áreas e retomar o funcionamento das oficinas municipais, para disponibilidade imediata de técnicos para as ocorrências no concelho. Com a entrega dos edifícios públicos do estado às autarquias, nomeadamente escolas, centros de saúde e outros, é necessário equipas de intervenção rápida. A contratação pública para ocorrências como intempéries ou pequenas manutenções é um grande entrave de tempo na resolução dos problemas.

11. PARTICIPAÇÃO CÍVICA E DEMOCRACIA DIRECTA

Objetivo: Aproximar o poder local dos cidadãos, promovendo democracia direta e responsabilização.

Soluções Políticas:

- **Orçamentos Participativos Vinculativos:** Alocar 5% do orçamento municipal para projetos votados pelos cidadãos, com implementação obrigatória.
- **Fóruns de Cidadania:** Realizar assembleias trimestrais abertas em cada freguesia, com transmissão online e respostas diretas dos autarcas.
- **Transmissão de Reuniões:** Transmitir em direto e gravar reuniões do executivo e assembleia municipal e participação direta através de chat.
- **Referendos Locais:** Instituir referendos vinculativos para projetos acima de €1M

PAGE

EM SUMA:

O Partido ADN – Alternativa Democrática Nacional apresenta este Contrato Eleitoral com os Portuenses como um compromisso inabalável com os valores de transparência, rigor e prioridade aos portugueses. Os Portuenses podem confiar nas nossas políticas, pois elas colocam as suas necessidades em primeiro lugar, promovendo justiça social, segurança e qualidade de vida. A nossa visão assenta em virtudes fundamentais: a defesa da identidade local, com a valorização da história e tradições do Porto; a gestão responsável, com auditorias rigorosas e eliminação do despesismo; e o apoio às famílias, através de incentivos à natalidade e habitação acessível. Propomos uma administração autárquica próxima dos cidadãos, com referendos locais e orçamentos participativos, garantindo que a voz dos Portuenses é ouvida. Investimos na segurança com mais policiamento e videovigilância, na saúde com unidades modernizadas e no desenvolvimento sustentável, rejeitando projetos que destruam ecossistemas. A nossa economia local será fortalecida com apoio a pequenos negócios e atração de investimentos, mantendo o capital no concelho. O ADN rejeita a subsidi dependência e a doutrinação ideológica, assegurando uma educação livre e neutra. Com este programa, o ADN demonstra um compromisso com o serviço público genuíno, sem autopromoção política, mas com foco no bem-estar coletivo. Os Portuenses podem confiar num partido que governa com integridade, proximidade e coragem, transformando o Porto num concelho próspero, seguro e orgulhoso da sua identidade.